

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Caros(as) Auditores(as)-Fiscais

A Receita Federal e nossa classe passam por uma das maiores crises institucionais de sua história. Os recentes acontecimentos envolvendo a regulamentação do bônus de eficiência requerem uma dura resposta coletiva contra o desprestígio sem precedentes imposto pelo governo ao nosso cargo e à nossa classe.

Durante os últimos dias, a Direção Nacional realizou contatos e reuniões com diversos agentes políticos do governo, de forma a garantir o cumprimento do compromisso de publicação do decreto de regulamentação do bônus, afiançada pelo presidente da República e por ministros, com os representantes da classe. O novo secretário da Receita Federal obteve diretamente dos ministros da Economia e da Casa Civil essa confirmação na semana passada. Houve o Ofício enviado pelo Ministro da Economia à Comissão Mista do Orçamento na última quinta-feira, requerendo a reserva de 2,5 bilhões para reestruturações e reajustes, sem especificar as carreiras. Até o dia 18 de dezembro, as notícias davam conta de que tudo estava acertado e os recursos necessários à publicação do decreto seriam contemplados pelo relator do Projeto de Lei do Orçamento da União para 2022.

Entretanto, no final de semana repercutiram na imprensa as declarações públicas do ministro da Economia, acerca do que ele considerava riscos de concessão de aumentos para servidores públicos, havendo inclusive citado o bônus dos Auditores-Fiscais. Essas declarações ajudaram a criar uma forte pressão sobre o relator do orçamento no Congresso, que acabou por excluir toda a previsão de recursos, inclusive para o bônus e para as carreiras policiais, que estavam previstos no projeto encaminhado pelo Executivo.

Imediatamente após o ocorrido, a Direção Nacional atuou junto às lideranças políticas no Congresso e junto ao secretário da Receita para reverter a situação. Após várias reuniões entre o governo e as lideranças políticas, e dada a pressão direta do presidente da República e do ministro da Justiça em favor das carreiras da segurança pública, uma parte daquele valor pleiteado foi mantido no orçamento. Enquanto isso, e para piorar o quadro, o ministro da Economia concordou que parte expressiva dos recursos ordinários da Receita Federal fossem cortados como forma de compensação para viabilizar o reajuste das carreiras policiais. Os recursos destinados ao bônus não estão formalmente fora da peça orçamentária, uma vez que o valor aprovado para reajustes e reestruturações não saiu vinculado para essa ou aquela carreira. Portanto, teoricamente, ainda há espaço para uma solução, mas sabemos bem das dificuldades

que esse cenário nos traz nesse momento. Daí a necessidade de uma premente e contundente reação.

A situação posta configura-se um inédito e verdadeiro absurdo, visto que recursos do órgão foram contingenciados para pagar reajuste a outros cargos. Ora, se a questão fosse apenas orçamentária, tais recursos contingenciados deveriam ter sido alocados para garantir a regulamentação do próprio bônus de eficiência, que diz respeito ao órgão, em vez de beneficiar terceiros. Ficou evidente que houve uma decisão política de última hora para preterir a Receita Federal e os Auditores-Fiscais em favor de outros cargos e instituições, o que viola inclusive o preceito constitucional de precedência da administração tributária na obtenção de recursos para o desempenho de suas atividades (art. 37, XXII).

Ao final da tarde do dia 21 de dezembro, foi divulgado relato de reunião realizada entre o secretário da Receita e a cúpula do órgão, no qual foi dito que os recursos alocados para reajustes salariais no orçamento da União não foram “carimbados”, de forma que a administração da Receita ainda buscaria junto ao governo uma forma de resolver o impasse. Inobstante o fato de o orçamento ter sido aprovado sem de fato haver uma destinação específica para os recursos, ficou evidente, por todo o processo político envolvido, que as verbas se destinam a atender o que foi acordado com as carreiras policiais. Os Auditores-Fiscais estão, nesse momento, mais uma vez preteridos e, pior ainda, a Receita Federal terá seus recursos contingenciados para atender terceiros.

Nós, Auditores-Fiscais, não podemos aceitar essa afronta sem precedentes ao nosso cargo e à nossa instituição de trabalho! Se o governo não tem interesse em cumprir o que foi acordado e, pior ainda, corta recursos de nosso órgão para atender terceiros, deve então arcar com as consequências e responder perante à sociedade acerca do caos sem precedentes que irá causar. A classe precisa dar uma resposta à altura, de forma que o governo se veja obrigado a reparar a situação que causou e cumprir o que foi afiançado perante a classe.

Nesse momento de grave crise, nós, Auditores-Fiscais, precisamos estar unidos e determinados nesse propósito, o qual transcende a questão salarial e envolve a própria sobrevivência do cargo e da casa como instituições de Estado. Vamos à luta e à mobilização, em defesa de nosso cargo e da Receita Federal!

Encaminhamentos sobre os Indicativos

O Indicativo 1 se refere à adoção de meta zero para todos os setores e atividades da Receita Federal e do Carf. Ficam excetuadas as demandas judiciais e com prazo decadencial, bem como atividades de vigilância e repressão, as quais deverão ter

tratamento específico conforme as peculiaridades de cada localidade. Os relatórios de controle (Rhaf, FRA e outros) não deverão ser preenchidos.

O Indicativo 2 trata da entrega de funções de chefia e cargos comissionados no órgão. Desde os chefes de equipe, até a cúpula da casa, todos devem entregar os cargos, de forma a pressionar o governo a cumprir o que foi afiançado perante a classe. Os Auditores devem formalizar pedido de exoneração dos cargos de chefia no e-processo, com o compromisso de que nenhum outro Auditor assumirá tais funções ou cargos de confiança. Não basta formalizar a entrega de cargos. A partir de então, apenas as atividades administrativas absolutamente imprescindíveis devem ser cumpridas, como as de ordenamento de despesas e concessão de férias, de modo a realmente impactar a gestão do órgão. A Direção Nacional e as Delegacias Sindicais pressionarão a Administração a efetivamente publicar as exonerações no Diário Oficial da União.

O indicativo 3 trata dos Auditores responsáveis por projetos do Plano Operacional, que não ocupam chefias, mas respondem por diversas demandas e responsabilidades. São projetos nacionais e regionais de grande importância para a Receita Federal tendentes a trazer grande retorno para a sociedade. O indicativo propõe que todos os projetos sejam paralisados e que todos os Gerentes de Projeto requeiram seu pronto desligamento.

O indicativo 4 trata do não preenchimento dos relatórios de atividades (RHAF, FRA, RIT), enquanto não for resolvido o impasse em torno da regulamentação do bônus e do cumprimento do que foi afiançado pelo governo com a classe. Não se trata de preencher outros campos ou apontar tempo de estudo, mas de realmente ignorar por completo seu preenchimento. Não há sentido em prosseguir com tais relatórios gerenciais, diante da absoluta falta de respeito com que estamos sendo tratados, bem como da paralisação e da entrega de cargos proposta.

O indicativo 5 se refere à realização de operação padrão no despacho de mercadorias nas aduanas. Os Auditores deverão adotar um procedimento de análise minuciosa, de forma a retardar o tempo do desembaraço das mercadorias. Deverão ser excetuadas as cargas relativas a medicamentos e insumos médicos e hospitalares, cargas vivas, perecíveis, bem como aquelas definidas como prioritárias pela legislação vigente. O tráfego de viajantes em trânsito internacional não deve ser prejudicado.

As medidas deverão permanecer vigentes até que o governo cumpra o que foi afiançado com a classe e publique o decreto de regulamentação do bônus de eficiência. As medidas aprovadas anteriormente em assembleia nacional também permanecem válidas. A Direção Nacional encaminha favoravelmente aos indicativos apresentados.

INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Favor encaminhar os resultados, por meio do Portal de Serviços

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: _____ Aposentados: _____ TOTAL: _____

Indicativo 1)

Nós, Auditores-Fiscais, aprovamos a meta zero para todos os setores e atividades da Receita Federal e do CARF, ressalvadas as decadências e demandas judiciais, até que o governo faça a publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência.

Sim: _____

Não: _____

Abstenções: _____

Indicativo 2)

Nós, Auditores-Fiscais, aprovamos a entrega ostensiva de todos os cargos em comissão e funções de chefia em todos os níveis hierárquicos na Receita Federal e assumimos o compromisso de não ocupar tais posições, até que o governo faça a publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência.

Sim: _____

Não: _____

Abstenções: _____

Indicativo 3)

Nós, Auditores-Fiscais, aprovamos a paralisação de todos os projetos nacionais e regionais do Plano Operacional, bem como que todos os Gerentes de Projeto requeiram seu pronto desligamento.

Sim: _____

Não: _____

Abstenções: _____

Indicativo 4)

Nós, Auditores-Fiscais, aprovamos o não preenchimento dos relatórios de atividades (RHAF, FRA, RIT), enquanto não for resolvido o impasse em torno da regulamentação do bônus e do cumprimento do que foi afiançado pelo governo com a classe, até que o governo faça a publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência.

Sim: _____

Não: _____

Abstenções: _____

Indicativo 5)

Nós, Auditores-Fiscais, aprovamos a realização de operação padrão nas aduanas, ressalvados medicamentos e insumos médicos e hospitalares, cargas vivas, perecíveis, bem como aquelas definidas como prioritárias pela legislação vigente, bem como o tráfego de viajantes em trânsito internacional, até que o governo faça a publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência.

Sim: _____

Não: _____

Abstenções: _____